

---

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, COM GARANTIA REAL, EM 2 SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**

Pelo presente instrumento particular,

1. **ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**, companhia aberta com sede em Salvador, Estado da Bahia, na Avenida Edgard Santos, nº 300, Bloco A4, 1º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.397.080/0001-96, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominada "**Emissora**");

e

2. **PENTÁGONO S.A. DVTM**, instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central, com sede no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, Sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, representando a comunhão de titulares das debêntures objeto da presente emissão (doravante denominados "**Agente Fiduciário**" e "**Debenturistas**", respectivamente),

vêm, por esta e na correta forma de direito, celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures, Não-Convertíveis em Ações, com Garantia Real, em 2 Séries, para distribuição pública, da Itapebi Geração de Energia S.A." (doravante denominada "**Escritura**"), contendo as seguintes cláusulas e condições:

#### **CAPÍTULO I – DA AUTORIZAÇÃO**

I.1. Esta Escritura é celebrada com base na deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 04 de janeiro de 2007 ("**AGE**").

#### **CAPÍTULO II – DOS REQUISITOS**

II.1. A 2ª emissão de debêntures Não-Convertíveis em Ações, com Garantia Real (doravante denominadas a "**Emissão**", a "**Oferta**" e as "**Debêntures**"), pela Emissora, é feita com observância dos seguintes requisitos:

 2

II.1.1. Arquivamento e publicação de deliberações societárias. A ata da AGE foi arquivada na Junta Comercial do Estado da Bahia sob o nº 96727324, em 08 de janeiro de 2007, e foi publicada no "Diário Oficial do Estado da Bahia" e no jornal "Valor Econômico" em 25 de janeiro de 2007.

II.1.2. Inscrição da Escritura e de seus aditivos. Esta Escritura, bem como seus eventuais aditamentos, serão inscritos na Junta Comercial do Estado da Bahia ("JUCEB").

II.1.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários. A distribuição pública das Debêntures será registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores ("Lei nº 6.404/76"), da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução nº 400/03"), e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

II.1.3.1. A Emissão será realizada no âmbito do 1º Programa de Distribuição Pública de Debêntures da Emissora, o qual tem prazo de duração de 2 (dois) anos contados da data do seu arquivamento na CVM e valor de até R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) ("Programa"). O Programa foi arquivado na CVM nos termos da Instrução nº 400/03, em 25 de setembro de 2006, sob o nº CVM/SRE/PRO/2006/007, e foi aprovado conforme deliberação da Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de julho de 2006, cuja ata foi arquivada na JUCEB em 20 de julho de 2006, sob o n.º 96694911, e publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia e no jornal "Valor Econômico", em 04 de agosto de 2006.

II.1.4. Aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica. O penhor instituído de acordo com esta Escritura de Emissão é permitido na forma do Contrato de Concessão e do Decreto 2003, de 10 de setembro de 1996, conforme confirmado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em seu Ofício nº 2245/2006-SFF/ANEEL, datado de 05 de dezembro de 2006, sendo que a execução de garantias relativa a bens e instalações dependerão de anuência prévia da ANEEL.

II.1.5. Registro para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário. Foi solicitado registro para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário, respectivamente, (i) através do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos e SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP"), com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro ("ANDIMA"), com a distribuição e negociação liquidadas e as debêntures custodiadas na CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação, e (ii) através do Sistema BOVESPAFIX, administrado pela Bovespa - Bolsa de Valores de São



Paulo, sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC")

II.1.6. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento. A Emissão será registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID (a "ANBID"), no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do Artigo 20 e seguintes do Código de Auto-Regulação ANBID para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, de 22 de setembro de 2005 (o "Código ANBID").

### **CAPÍTULO III – DO OBJETO SOCIAL DA EMISSORA**

III.1. Atualmente, a Emissora tem por objeto social estudar, projetar, construir e explorar o Aproveitamento Hidrelétrico de Itapebi e as instalações de transmissão de interesse restrito do aproveitamento hidrelétrico, bem como serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia, podendo administrar sistemas de geração, transmissão, ou comercialização de energia elétrica e quaisquer outras formas de energia, prestar serviços técnicos de sua especialidade, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas, quaisquer que sejam seus objetos sociais e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo.

### **CAPÍTULO IV – DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS**

IV.1. Observada a forma de integralização prevista na Cláusula V.15, o montante líquido obtido pela Emissora com a distribuição pública das Debêntures será destinado para o pagamento e liquidação das debêntures da 1ª emissão da Companhia ("Debêntures da 1ª Emissão").

### **CAPÍTULO V – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

As Debêntures terão as seguintes características:

V.1. Número de ordem da Emissão. Esta é a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora, sendo a primeira realizada no âmbito do Programa.

V.2. Valor total da Emissão. O valor total da Emissão é de R\$ 175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões reais), na Data de Emissão de cada Série, conforme definido na Cláusula V.12. ("Valor Total da Emissão").



V.3. Valor nominal unitário. O valor nominal unitário das Debêntures ("**Valor Nominal Unitário**") será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na respectiva Data de Emissão de cada Série.

V.4. Atualização do Valor Nominal Unitário. As Debêntures de ambas as séries terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado (a "**Atualização**") a partir da respectiva Data de Emissão, pelo número do índice IGPM - Índice Geral de Preços do Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("**FGV**") ("**Valor Nominal Unitário Atualizado**"), sendo o produto da Atualização incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures automaticamente, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C', \text{ onde:}$$

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário na Data de Emissão, ou seja, R\$10.000,00 (dez mil reais) ou saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture no início do Período de Capitalização 1 (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais dos números-índice do IGP-M utilizados, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C' = \left[ \frac{NI_2}{NI_1} \right]^{12} \times \left[ \frac{NI_3}{NI_2} \right]^{12} \times \dots \times \left[ \frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right]^{12}, \text{ onde:}$$

NI<sub>0</sub> = valor do número-índice do IGP-M do mês anterior ao mês de início de atualização;

NI<sub>1</sub> = valor do número-índice do IGP-M do mês de início de atualização;

NI<sub>2</sub> = valor do número-índice do IGP-M do mês subsequente ao mês de início de atualização;

NI<sub>n</sub> = valor do número-índice do IGP-M do mês anterior ao mês de atualização utilizado até a data de aniversário da Debênture. Após a data de aniversário, valor do número-índice do IGP-M do mês de atualização. Considera-se mês de atualização o compreendido entre duas datas de aniversário consecutivas e data



de aniversário como sendo o dia da data de vencimento da Debênture ou o dia informado como referência para utilização do índice;

$NI_{n-1}$  = valor do número-índice do IGP-M do mês anterior ao mês "n";

dup = número de dias úteis da última data-base, sendo esta a data de aniversário em cada mês, até a data de atualização, sendo "dup" um número inteiro;

dut = número de dias úteis contidos entre a última e a próxima data-base, sendo "dut" um número inteiro;

Para efeitos das definições acima, considera-se "data base" como sendo o primeiro dia útil de cada mês.

Caso no mês de atualização o número-índice do IGP-M não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão  $\left( \frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right)$ .

O número-índice do IGP-M deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

A aplicação do número-índice do IGP-M incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste a esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

Observações:

1) Os fatores resultantes da expressão  $\left( \frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$  são considerados com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento.

2) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

V.4.1 A Atualização será paga juntamente com o Valor Nominal Unitário, e na proporção do Valor Nominal Unitário, conforme definido na tabela do item V.16 abaixo, exclusivamente (i) nas datas de Amortização das Debêntures e/ou (ii) na Data de Vencimento das Debêntures.



V.5. Número de Séries. As Debêntures serão emitidas em 2 Séries, no valor de R\$ 87.500.000,00 (oitenta e sete milhões e quinhentos mil reais) cada Série, na respectiva Data de Emissão de cada Série.

V.5.1. As Debêntures da 1ª Série deverão ser totalmente colocadas ou canceladas antes da emissão, pela Companhia, das Debêntures das demais Séries.

V.6. Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 17.500 (dezessete mil e quinhentas) Debêntures, sendo, 8.750 (oito mil setecentas e cinquenta) Debêntures da 1ª Série ("**Debêntures da 1ª Série**") e 8.750 (oito mil setecentas e cinquenta) Debêntures da 2ª Série ("**Debêntures da 2ª Série**").

V.7. Forma. As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, e não contarão com a emissão de certificados representativos. Para todos os fins e efeitos de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Banco do Brasil S.A., instituição depositária responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos e, para as Debêntures custodiadas na CBLC, será por esta expedido relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem custodiadas na CBLC.

V.8. Convertibilidade em ações. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

V.9. Espécie. As Debêntures serão com garantia real.

V.9.1. As Debêntures serão garantidas pelo penhor dos direitos emergentes da concessão de geração de energia elétrica, em segundo grau, ascendendo automaticamente ao primeiro grau, independentemente de formalidade, quando do pagamento e quitação da totalidade das Debêntures da 1ª Emissão, nos termos do Contrato de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão, que constitui o Anexo I desta Escritura ("**Contrato de Penhor de Direitos Emergentes**").

V.9.1.1. Essa garantia será compartilhada com outros credores da Emissora, nos exatos termos do Instrumento Particular de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças, que constitui o Anexo III desta Escritura ("**Contrato de Compartilhamento de Garantias**").

V.9.2. Além da garantia acima, haverá a vinculação de conta corrente, pela qual o Banco do Brasil S.A., na qualidade de instituição financeira contratada para administrar a conta corrente centralizadora de receitas da Emissora ("**Conta**



**Centralizadora de Receitas**”), é autorizado pela Emissora a direcionar as receitas ali depositadas ao pagamento dos valores devidos nos termos desta Escritura, conforme estabelecido no Contrato de Administração de Contas, que constitui o Anexo II desta Escritura (“**Contrato de Administração de Contas**” e, em conjunto, com o Contrato de Penhor de Direitos Emergentes, e Contrato de Compartilhamento de Garantias “**Contratos de Garantia**”).

V.10. Limite da Emissão. A presente Emissão atende ao limite estabelecido na alínea “a”, parágrafo primeiro, do artigo 60 da Lei nº 6.404/76, uma vez que o valor total da Emissão é inferior a 80% (oitenta por cento) do valor dos bens a serem prestados como garantia real representada por penhor dos direitos emergentes da concessão de geração de energia elétrica, em segundo grau, nos termos do Contrato de Penhor de Direitos Emergentes, conforme demonstrado abaixo:

Garantia Real nos termos do Contrato de Penhor de Direitos Emergentes, bem como do Contrato de Compartilhamento de Garantias, estimada em aproximadamente: R\$ 517.000.000,00 com base no valor dos ativos líquidos imobilizados (não considerando o valor dos recebíveis decorrentes do contrato de compra e venda de energia elétrica celebrado com a COELBA)

80% do valor dos Contratos de Garantias descritos acima = 80% de R\$ 517.000.000,00 = R\$ 413.600.000,00

Limite da Emissão, considerando a proporcionalidade do valor da Emissão com relação à totalidade das dívidas garantidas = 44,197% de R\$ 413.600.000,00 = R\$ 182.800.000,00

Valor da Emissão = R\$ 175.000.000,00 = aproximadamente 95% do Limite da Emissão

Limite da Emissão > Valor da Emissão

V.11. Distribuição e Colocação. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sendo a totalidade das Debêntures distribuídas sob regime de garantia firme, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, observados os termos e condições estipulados no “Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Distribuição e Colocação Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações, com Garantia Real, sob Regime de Garantia Firme, em 2 Séries da 2ª Emissão da Itapebi Geração de Energia S.A.”, celebrado em 29 de janeiro de 2007, entre a Emissora, o Banco Votorantim S.A., o BB Banco de Investimento S.A. e o Banco UBS Pactual S.A. (o “**Contrato**



**de Colocação**”), os quais se encontram descritos no Suplemento (conforme abaixo definido).

V.11.1. A colocação pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a publicação do anúncio de início da Oferta e a disponibilização do Prospecto e do Suplemento aos investidores.

V.11.2. As Debêntures serão distribuídas no prazo de 6 (seis) meses, contado da data de publicação do anúncio de início da Oferta (**“Prazo de Colocação”**).

V.11.3. Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures, sendo que a Oferta somente será concluída em havendo a subscrição e integralização do total das Debêntures distribuídas no âmbito da Oferta, durante o Prazo de Colocação.

V.11.5. Público Alvo. A Emissão será destinada a investidores pessoas físicas e jurídicas, fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e investidores institucionais ou qualificados, conforme regras vigentes no país.

V.12. Datas de emissão. Para todos os fins e efeitos legais, as Datas de Emissão das Debêntures serão 01 de junho de 2006 para as Debêntures da 1ª Série (**“Data de Emissão da 1ª Série”**) e 01 de dezembro de 2006 para as Debêntures da 2ª Série (**“Data de Emissão da 2ª Série”**) e, em conjunto, as **“Datas de Emissão”**).

V.13. Prazo e data de vencimento. As Debêntures terão prazo de vencimento de 6 (seis) anos contados das respectivas Datas de Emissão, vencendo as Debêntures da 1ª Série em 01 de junho de 2012 (**“Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série”**) e as Debêntures da 2ª Série em 01 de dezembro de 2012 (**“Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série”**) e, em conjunto, as **“Datas de Vencimento das Debêntures”**).

V.14. Preço de subscrição. O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário atualizado, acrescido da Remuneração, conforme definida na Cláusula V.17, calculada *pro rata temporis*, desde as Datas de Emissão de cada Série até a Data de Integralização de cada Série, conforme definido na Cláusula V.15 (**“Preço de Subscrição”**).

V.14.1 Caso, até a data de subscrição das Debêntures, não haja divulgação do IGP-M será utilizado para cálculo do Valor Nominal Unitário atualizado a última projeção de IGP-M da ANDIMA, disponível no site [www.andima.com.br](http://www.andima.com.br), ou na sua





falta o último IGP-M oficialmente divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a EMISSORA e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IGP-M que seria aplicável.

V.15. Prazo e Formas de subscrição e integralização. As Debêntures poderão, observado o parágrafo 3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, ser subscritas a qualquer tempo, dentro do Prazo de Colocação, com integralização à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis ao SDT e à BOVESPAFIX ("Data de Integralização").

V.16. Amortização. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado pela Emissora conforme apresentado nas tabelas abaixo:

*Debêntures da 1ª Série:*

Datas	% de Amortização Anual sobre o saldo do Valor Nominal Unitário
1º de junho de 2007	10,0%
1º de junho de 2008	11,0%
1º de junho de 2009	15,0%
1º de junho de 2010	18,0%
1º de junho de 2011	21,0%
1º de junho de 2012	24,0%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>

*Debêntures da 2ª Série:*

Datas	% de Amortização Anual sobre o saldo do Valor Nominal Unitário
1º de dezembro de 2007	10,0%
1º de dezembro de 2008	12,0%
1º de dezembro de 2009	13,0%
1º de dezembro de 2010	19,0%
1º de dezembro de 2011	22,0%
1º de dezembro de 2012	24,0%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>

V.17. Remuneração. A partir das respectivas Datas de Emissão, as Debêntures farão jus ao rendimento composto pela Atualização das Debêntures e pelos Juros Remuneratórios, conforme definido na Cláusula V.17.1. abaixo:

V.17.1. As Debêntures renderão juros correspondentes à taxa percentual fixa de 9,5% (nove inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado, a



partir da respectiva Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização respectivo, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis de acordo com a fórmula prevista abaixo (**Juros Remuneratórios** e “Remuneração”).

V.17.2. Define-se “Período de Capitalização” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data da Emissão (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento de Juros (conforme abaixo definido) imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento de Juros correspondente ao período (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

V.17.3. O cálculo dos Juros Remuneratórios obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

onde:

**J** = valor dos Juros Remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

**VNa** = Valor Nominal Atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

**FatorJuros** = Fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorJuros = \left[ \left( 1 + \frac{taxa}{100} \right)^{\frac{DU}{360}} \right],$$

onde:

**taxa** = taxa de juros fixa de 9,5% (nove inteiros e cinco décimos por cento) ao ano;

**DU** = número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo “DU” um número inteiro;



V.18. Periodicidade do Pagamento dos Juros Remuneratórios. A Remuneração das Debêntures será paga anualmente da seguinte forma ("**Data de Pagamento de Juros**"):

*Debêntures da 1ª Série:*

<b>1º Pagamento</b>	01 de junho de 2007
<b>2º Pagamento</b>	01 de junho de 2008
<b>3º Pagamento</b>	01 de junho de 2009
<b>4º Pagamento</b>	01 de junho de 2010
<b>5º Pagamento</b>	01 de junho de 2011
<b>6º Pagamento</b>	01 de junho de 2012

*Debêntures da 2ª Série:*

<b>1º Pagamento</b>	01 de dezembro de 2007
<b>2º Pagamento</b>	01 de dezembro de 2008
<b>3º Pagamento</b>	01 de dezembro de 2009
<b>4º Pagamento</b>	01 de dezembro de 2010
<b>5º Pagamento</b>	01 de dezembro de 2011
<b>6º Pagamento</b>	01 de dezembro de 2012

V.19. Local de pagamento. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP e/ou pela CBLC, ou por meio do banco depositário, para os titulares das Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP ou na CBLC.

V.20. Banco Mandatário e Banco Depositário. O Banco do Brasil S.A. será o banco mandatário e depositário das Debêntures ("**Banco Mandatário**").

V.21. Fundo de amortização. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

V.22. Aquisição facultativa. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, por preço igual ou inferior ao seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração calculada *pro rata* devidos até a data de aquisição e ainda não paga aos debenturistas, observado o disposto no § 2º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76.

V.22.1. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos



termos desta cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures da mesma Série em circulação.

V.23. Repactuação. Não haverá repactuação das Debêntures.

V.24. Resgate antecipado facultativo. A Emissora reserva-se o direito de resgatar antecipadamente as Debêntures em circulação, a partir do 36º (trigésimo sexto) mês, contado da Data de Emissão de cada Série, mediante publicação de "Aviso aos Debenturistas", com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data do resgate antecipado, informando a data e o procedimento de resgate.

V.24.1. O resgate antecipado poderá ser total ou parcial, pelo Valor Nominal Unitário atualizado não amortizado, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão de cada Série ou da Data de Pagamento da Remuneração de cada Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do pagamento das Debêntures resgatadas e de prêmio equivalente a 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o saldo a ser resgatado, se o resgate se der entre o 36º mês e o 60º mês. Não será devido, pela Emissora, qualquer valor referente a prêmio ou bônus sobre o saldo a ser resgatado, caso o resgate ocorra a partir do 60º mês, da respectiva Data de Emissão.

V.24.2. Na hipótese de deliberação de resgate antecipado parcial, as Debêntures serão resgatadas mediante sorteio entre todos os titulares de Debêntures, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, na presença do Agente Fiduciário.

V.24.2.1. Caso aconteça o resgate antecipado parcial citado acima, o mesmo deverá ser realizado (i) para as debêntures registradas no SND, conforme procedimentos adotados pela CETIP, através de "operação de compra e de venda definitiva", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o resgate antecipado parcial, não haverá a necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade, ou (ii) conforme os procedimentos adotados pela CBLC, ou ainda, (iii) por meio da instituição depositária, no caso do Debenturista não estar vinculado à CETIP ou à CBLC.

V.24.3. As Debêntures que vierem a ser resgatadas antecipadamente deverão ser obrigatoriamente canceladas.

V.25. Encargos Moratórios. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures de cada Série, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer



quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2,0% (dois por cento) e juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês, ambos calculados pelo Agente Fiduciário, sobre os valores em atraso, encargos moratórios esses calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (**"Encargos Moratórios"**).

V.26. Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao cumprimento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro Encargo Moratório, se a data de vencimento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou dia em que não houver expediente bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e/ou na cidade de Salvador, Estado da Bahia, ressalvados os casos de feriados municipais para os pagamentos que devam ser realizados por meio da CETIP ou da CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

V.27. Decadência dos Direitos aos Acréscimos. Sem prejuízo do disposto na Cláusula V.25, o não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios, se houver, relativos ao período em atraso.

V.28. Publicidade. Observados os prazos especificados na presente Escritura, todos os atos e decisões destinados aos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no jornal "Valor Econômico", e por meio da página na rede mundial de computadores da Emissora (<http://www.itapebi.com.br>), devendo esta avisar o Agente Fiduciário, antecipadamente, da realização de qualquer publicação. O anúncio de início e o anúncio de encerramento da presente Emissão poderão ser publicados somente no jornal "Valor Econômico", na forma de aviso resumido, conforme estabelecido pela Instrução nº 400/03, sendo obrigatoriamente disponibilizados, em sua íntegra, na página na rede mundial de computadores da Emissora acima indicada.

V.29. Imunidade Tributária. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e banco depositário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures de cada Série de emissão, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.



V.30. Comunicações. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama, nos endereços constantes abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem:

a. Para a Emissora:

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.  
Avenida Edgard Santos, nº 300, Bloco A4, 1º andar  
Salvador, Bahia  
CEP: 41181-900  
At.: Erik da Costa Breyer  
Telefone: (71) 3370-5637

b. Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, Sala 514  
Rio de Janeiro  
CEP: 22640-102  
At.: Sr. Mauricio da Costa Ribeiro  
Telefone: (21) 3385-4565

c. Para o Banco Mandatário:

BANCO DO BRASIL S.A.  
Rua Lélio Gama, 105, 38º andar, Centro  
Rio de Janeiro – RJ  
CEP: 20031-080  
At. Sr. Ari Sarmento do Valle Barbosa  
Telefone: (21) 3808-3568  
Fac-símile: (21) 3808-3466  
E-mail: cqualificada@bb.com.br

## **CAPÍTULO VI – DO VENCIMENTO ANTECIPADO**

VI.1. Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático. Observado o disposto na Cláusula VI.4, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato



pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração de cada Série devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- a. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária perante os Debenturistas da Emissão, prevista nesta Escritura, não sanada em 2 (dois) dias úteis contados da data da inadimplência;
- b. pedido de auto-falência ou de falência da Emissora, formulado pela Emissora e/ou por seus acionistas controladores;
- c. decretação de falência da Emissora;
- d. pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido pela Emissora no prazo legal;
- e. término, por qualquer motivo, do Contrato de Concessão de Geração de Energia Elétrica n.º 37/99, celebrado em 28 de maio de 1999, entre a Emissora e a União Federal ("**Contrato de Concessão**");
- f. vencimento antecipado ou inadimplemento, pela Emissora, de quaisquer obrigações a que esteja sujeita, como e quando tais obrigações tornarem-se exigíveis, observados os períodos de carência aplicáveis, obrigação essa em valor agregado superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais); e
- g. liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora que possa, de qualquer modo, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes desta Escritura, excetuadas (i) a cisão, a fusão e a incorporação quando previamente aprovadas pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, observado o quorum previsto na Cláusula IX.6; e (ii) a redução do capital social da Emissora, no valor de R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais), para restituição aos acionistas.

VI.2. Hipóteses de Vencimento Antecipado através de Assembleia Geral de Debenturistas. Observado o disposto na Cláusula VI.4, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos eventos abaixo, a Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado de cada Série das Debêntures, observado o quorum específico estabelecido na



Cláusula VI.3, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- a. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não-pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento de notificação escrita do Agente Fiduciário nesse sentido, sendo certo que o prazo de 30 (trinta) dias previsto nesta alínea não se aplica a qualquer outra hipótese deste Capítulo VI.2; e
- b. se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerido ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- c. transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 a 222 da Lei 6.404/76;
- d. descumprimento, pela Emissora, dos Contratos de Garantia;
- e. utilização dos recursos captados com a Oferta em desacordo com o disposto na Cláusula IV acima; e
- f. não observância dos seguintes índices financeiros, apurados e revisados trimestralmente por auditores independentes da Emissora com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro e os trimestres então findos, atualizados, quando aplicável, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores ("Índices e Limites Financeiros"):
  - f.1. Dívida Líquida / EBITDA  $\leq$  3,00; e
  - f.2. EBITDA / Resultado Financeiro  $\geq$  2,00.

Aplicar-se-ão as seguintes definições, baseadas em demonstrativos elaborados com base nos princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil:

**"Dívida Total Líquida":** somatório das dívidas da Emissora e de suas subsidiárias consideradas proporcionalmente à participação da emissora em cada uma delas junto às pessoas físicas e/ou jurídicas incluindo empréstimos e financiamentos com terceiros, emissões de títulos e valores mobiliários ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;





**"EBITDA":** significa o lucro antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses ao qual deverá ser adicionado, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, a parcela da amortização da recomposição tarifária do racionamento;

**"Resultado Financeiro":** significa a diferença entre Receitas Financeiras e Despesas Financeiras ao longo dos últimos 12 (doze) meses, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio. O Resultado Financeiro será apurado em módulo se for negativo e, ser for positivo, será considerado "1".

VI.3. Após a realização da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula VI.2, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescidos da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, a menos que titulares das Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, observando-se o previsto no parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM nº 28/83.

VI.4. Vencimento Antecipado. Verificada qualquer das hipóteses previstas nas Cláusulas VI.1 e VI.2, ou qualquer outra hipótese de inadimplemento da Emissora ou de vencimento antecipado previsto nesta Escritura, o Agente Fiduciário deverá, observados os prazos, as formas e as condições previstos aqui, de pleno direito e independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, declarar vencidas antecipadamente as Debêntures, esta Escritura ou qualquer outro instrumento relacionado à presente Emissão. As Debêntures resgatadas em decorrência de seu vencimento antecipado serão canceladas.

VI.5. Pagamento. Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora pagará, conforme aqui previsto, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures atualizado acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento, (ii) dos Encargos Moratórios, se houver, e (iii) de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora no endereço constante do item V.30 acima, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios.

VI.6. Independência das Séries. Para que não restem dúvidas, fica desde já certo e ajustado que eventuais decisões tomadas por Debenturistas titulares das



Debêntures da 1ª Série não vinculam, em hipótese alguma, os Debenturistas titulares das Debêntures da 2ª Série, e vice-versa, sendo a todo e qualquer tempo as mencionadas decisões independentes umas das outras.

**VI.7. Correção de Valores.** Para fins de verificação do cumprimento das obrigações estabelecidas nos itens VI.1.(e) e VI.1.(f) acima, os respectivos valores de referência serão corrigidos pelo IGP-M a partir da data de assinatura desta Escritura ou, à falta deste, por outro índice publicado pela FGV que reflita a perda do poder de compra da moeda nacional ocorrida no período.

## **CAPÍTULO VII – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

VII.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- a. encaminhar ao Agente Fiduciário:
  - a.1. dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término dos três primeiros trimestres de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo trimestre, explicitando as rubricas necessárias à apuração dos Índices e Limites Financeiros previstos na alínea (c) do item VI.2 acima, acompanhada de parecer dos auditores independentes;
  - a.2. dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social encerrado, explicitando as rubricas necessárias à apuração dos Índices e Limites Financeiros previstos na alínea (c) do item VI.2 acima, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, (ii) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração, e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora, bem como declaração do Diretor de Relações com Investidores atestando o cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura;
  - a.2. cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas editadas pela CVM, inclusive a Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, nos prazos ali previstos;
  - a.3. na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos na Cláusula V.28;
  - a.4. na data de sua divulgação, qualquer fato relevante, divulgado nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002;

- a.5. imediatamente, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser razoavelmente solicitada, por escrito, pelo Agente Fiduciário;
- a.8. informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no Capítulo VI - Vencimento Antecipado, imediatamente após a sua ocorrência;
- a.9. informações sobre alterações estatutárias ocorridas na Emissora dentro de, no máximo, 10 (dez) dias úteis após as referidas alterações, que possam impactar qualquer direito dos Debenturistas da presente Emissão; e
- a.10. anualmente, cópia dos relatórios de classificação de risco (*rating*) da Emissão que vierem a ser emitidos pela agência de classificação de risco (*rating*), no prazo de 10 (dez) dias úteis contado da data de seu recebimento. Esses relatórios deverão ser entregues à CVM, na mesma data em que forem enviados ao Agente Fiduciário em cumprimento a este item a.10.
- b. proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76 e pelas normas editadas pela CVM, inclusive pela Instrução CVM nº 207, de 1 de fevereiro de 1994, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- c. manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- d. manter contratados, durante a vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, o banco depositário, o Banco Mandatário, os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e BOVESPAFIX) e a agência de classificação de risco (*rating*) previstas nesta Escritura;
- e. convocar a Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacionem com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- f. cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, inclusive o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;



- g. submeter, na forma da legislação aplicável, a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM, suas demonstrações financeiras;
- h. manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM e, bem assim, fornecer aos Debenturistas desta Emissão, quando assim solicitado, as demonstrações financeiras publicadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76;
- i. manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas desta Emissão, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- j. não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- k. notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que (a) possa causar interrupção ou suspensão relevante das atividades da Emissora, (b) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora; ou (c) cause alteração substancial, nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura;
- l. observar os limites de emissão prescritos no artigo 60, da Lei nº 6.404/76;
- m. observar, relativamente à distribuição de lucros sobre qualquer título exceto dividendos mínimos obrigatórios, as exigências contratuais de anuência prévia dos credores constantes (i) do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 01.2.375.3.1, celebrado entre a Emissora e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), datado de 23 de novembro de 2001, (ii) do Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do BNDES nº BB-1947/2001, celebrado entre a Emissora, o Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil"), o Banco ABN AMRO Real S.A., o Banco Bradesco S.A., o Banco Itaú S.A. e o Banco BNL do Brasil S.A., datado de 23 de novembro de 2001, e (iii) de qualquer contrato pertencente ao sistema BNDES que a Emissora venha a celebrar;
- m.1. Sem prejuízo das obrigações descritas acima, a Emissora se obriga a solicitar a anuência prévia do Banco do Brasil para eventual contratação de nova(s) dívida(s), inclusive, sem limitação, com coligadas e/ou controladas da Emissora e eventuais dívidas contratadas no âmbito do sistema do BNDES; e



- n. contratar, para o início da Oferta, e manter atualizada, pelo menos anualmente, às suas expensas, a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, (a) atualizá-la anualmente, até a Data de Vencimento; (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue o relatório com a respectiva súmula da classificação de risco; (c) entregar ao Agente Fiduciário o relatório com a respectiva súmula da classificação de risco nos termos do item a.10 acima; e (d) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração da nota de classificação de risco constante do Anúncio de Início e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco.

### **CAPÍTULO VIII - DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

**VIII.1. Nomeação.** A Emissora nomeia e constitui a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificado, para Agente Fiduciário dos Debenturistas da Emissão objeto desta Escritura, que, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação, para, nos termos da legislação aplicável e da Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures de cada Série. A Emissora declara não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

**VIII.2. Declarações.** O Agente Fiduciário declara:

- a. não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei nº 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- b. não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse, previstas no artigo 10, da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983;
- c. aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- d. aceitar integralmente os termos da presente Escritura e nos Contratos de Garantia, todas as suas cláusulas e condições, tendo verificado a veracidade das informações nela contidas;
- e. estar devidamente autorizado, na forma da lei e de seus atos societários, a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações nela previstas;

4.



- f. que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com suas cláusulas;
- g. que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não violam qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- h. ser instituição devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- i. estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil, e suas atualizações;
- j. não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- k. que verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no *caput* e parágrafo 1º do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto no item V.10. da presente Escritura.
- l. que verificou a regularidade da constituição das garantias reais previstas nos Contratos de Garantia, bem como valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade.

**VIII.3. Substituição.** Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas da presente Emissão, para a escolha do novo agente fiduciário, a ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, aqui considerados os Debenturistas de todas as Séries, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria Assembleia Geral de Debenturistas que escolher o novo agente fiduciário, observado o disposto na Cláusula VIII.3.4.

**VIII.3.1.** Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá ele comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas desta Emissão, pedindo sua substituição.



VIII.3.2. É facultado aos Debenturistas desta Emissão, após o encerramento do prazo para a distribuição pública das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

VIII.3.3. A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos na legislação aplicável, inclusive na Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores.

VIII.3.4. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a Assembleia Geral de Debenturistas desta Emissão não delibere sobre a matéria. Em hipótese alguma a remuneração do agente fiduciário poderá ser superior à ora avençada.

VIII.3.5. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à Escritura, averbado na Junta Comercial do Estado da Bahia.

VIII.3.6. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data desta Escritura, ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

VIII.3.7. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas desta Emissão, em forma de aviso, de acordo com a Cláusula V.28.

VIII.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados pela CVM, em especial a Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983.

VIII.4. Deveres e atribuições. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- b. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão ou impedimento;
- c. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;



- d. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e. promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h. solicitar, à Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento e Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede ou o estabelecimento principal da Emissora;
- i. solicitar, às expensas da Emissora, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- j. convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas da presente Emissão, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos termos da Cláusula V.28, observadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei nº 6.404/76, da regulamentação aplicável e desta Escritura;
- k. comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- l. elaborar, anualmente, relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - l.1. eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;





- l.2. alterações estatutárias ocorridas no período;
  - l.3. comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - l.4. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - l.5. resgate, amortização, aquisição facultativa, e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - l.6. acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - l.7. relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - l.8. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
  - l.9. declaração sobre sua aptidão para continuar o exercício da sua função de Agente Fiduciário; e
  - l.10. declaração acerca da suficiência e exeqüibilidade das garantias das Debêntures;
- m. disponibilizar o relatório de que trata a alínea "l" aos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- m.1. na sede da Emissora;
  - m.2. no local por ele indicado;
  - m.3. na sede da CVM;
  - m.4. na sede da BOVESPA e da CETIP; e
  - m.5. na sede da Instituição Líder;
- n. publicar, na forma da Cláusula V.28, anúncio comunicando aos Debenturistas desta Emissão que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "m";



- o. manter atualizada a relação dos Debenturistas desta Emissão, com endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao banco depositário, à CBLIC e à CETIP;
- p. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não-fazer;
- q. notificar os Debenturistas desta Emissão, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, discriminando os procedimentos judiciais e/ou extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado ou esteja tomando para acautelar e proteger os interesses dos titulares das Debêntures. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
  - q.1. à CVM;
  - q.2. à BOVESPA e à CETIP; e
  - q.3. à Emissora.
- r. administrar os recursos oriundos da emissão de Debêntures na ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 2º, artigo 60, da Lei das Sociedades por Ações; e
- s. fazer com que a Emissora cumpra sua obrigação de manter contratada uma agência de classificação de risco para atualização do relatório de classificação de risco nos termos do inciso n da Cláusula VII.1 acima, e encaminhar à ANBID cópia das referidas atualizações em até 5 (cinco) dias contados da data de sua respectiva divulgação.

**VIII.5. Atribuições Específicas.** Observado as disposições desta Escritura, o Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas desta Emissão e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, não sanado, se for o caso, nos prazos previstos no Capítulo VI:

- a. declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b. tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas desta Emissão;



- c. requerer a falência da Emissora, nos termos da lei brasileira; e
- d. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, ou, ainda, em qualquer procedimento judicial análogo aos previstos nesta alínea, que substituam ou complementem a atual legislação sobre falências e recuperação judicial.
- e. executar garantias reais, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos debenturistas;

VIII.5.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não-adoção das medidas contempladas nas alíneas "a", "b", "c", e "e" da Cláusula anterior, se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas desta Emissão, aquela assim o autorizar, nos termos desta Escritura e da Instrução CVM nº 28/83. Para a hipótese prevista na alínea "d", da Cláusula anterior, bastará a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação.

VIII.6. Remuneração. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação aplicável e desta Escritura, remuneração paga de seguinte forma:

(a) Parcelas anuais de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), devida a primeira até o 5º (quinto) dia útil contado da data da assinatura desta Escritura e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes.

(b) As remunerações em atraso do Agente Fiduciário serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;

(c) As parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente, ou na menor periodicidade permitida por lei, de acordo com a variação do IGP-M, acumulado no respectivo período, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da primeira parcela até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro rata die* se necessário;

(d) As remunerações não incluem as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora;



(e) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2 % (dois por cento) e juros de mora de 1 % (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária; e

(f) As remunerações serão acrescidas dos seguintes tributos: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS ou outros), Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

**VIII.7. Despesas.** A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que, comprovadamente, tenha incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas desta Emissão, ou para realizar seus créditos.

**VIII.7.1.** O ressarcimento a que se refere a cláusula anterior será efetuado em até 20 (vinte) dias úteis após a entrega, à Emissora, dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

**VIII.7.2.** Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais, inclusive administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer, para resguardar os interesses dos debenturistas desta Emissão, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas desta Emissão e, posteriormente, conforme previsto em lei e na Instrução CVM n.º 28/83, ressarcidas pela Emissora. Os recursos para o pagamento de tais despesas, a serem adiantados pelos Debenturistas desta Emissão, incluem, também, gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou, ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas da presente Emissão. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, decorrentes da sucumbência em ações judiciais, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas da presente Emissão, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência, por um período superior a 30 (trinta) dias, com relação ao pagamento destas, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas da presente Emissão para cobertura do risco da sucumbência.

**VIII.7.3.** Excluem-se das obrigações de antecipação de recursos estipuladas na Cláusula anterior os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, ficando desde já estipulado que caberá aos demais Debenturistas arcar com tal ônus, devendo os



Debenturistas então impedidos por lei de efetuar tais antecipações reembolsar os demais Debenturistas quando receberem os valores devidos pela Emissora.

VIII.7.4. As despesas a que se refere a Cláusula VIII.7 e seguintes compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- a. publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b. extração de certidões;
- c. locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- d. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

VIII.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses, ou realizar créditos dos Debenturistas da presente Emissão, não saldado na forma ora estabelecida, será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

## **CAPÍTULO IX – DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

IX.1. A Assembleia Geral de Debenturistas aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

IX.2. Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas de cada uma das Séries ou de todas as Séries.

IX.2.1. As matérias de interesse específico dos titulares de Debêntures de cada uma das Séries da Emissão somente poderão ser deliberadas por titulares de Debêntures da respectiva Série, observado o disposto nos itens abaixo.

IX.3. Convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas de cada uma das Séries que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures de cada uma das Séries em circulação, ou pela CVM.



IX.3.1. A Assembleia de Debenturistas deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da primeira convocação, e no prazo máximo de 8 (oito) dias contados da segunda convocação.

IX.4. Quorum de Instalação. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

IX.4.1. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quorums de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em circulação" todas as Debêntures emitidas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; as de titularidade de (i) empresas controladas (direta ou indiretamente) pela Emissora; (ii) controladoras e/ou coligadas da Emissora; e (iii) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a quaisquer das pessoas anteriormente mencionadas, bem como as Debêntures de titularidade de Diretores, Conselheiros e seus parentes até segundo grau.

IX.5. Mesa Diretora. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures, ou àquele designado pela CVM.

IX.6. Quorum de Deliberação. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto. As deliberações serão tomadas por debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures de cada Série em circulação, com exceção da modificação (i) da data de vencimento das Debêntures, (ii) das condições da Amortização, (iii) que diminua a Remuneração; ou (iv) que altere qualquer um dos *quorums* de deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos na presente Escritura, as quais deverão ser deliberadas por Debenturistas que representem 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, na forma do disposto no artigo 71, § 5º, da Lei nº 6.404/76, ressalvado o disposto na cláusula VIII.5.1.

IX.6.1. Para os fins de apuração do *quorum* de deliberação em qualquer Assembleia Geral de Debenturistas da presente Emissão, serão excluídos os votos em branco, as Debêntures mantidas em tesouraria pela Emissora ou que sejam de titularidade, direta ou indireta, de sociedades sob controle comum, coligadas, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou de pessoas físicas que sejam controladoras, bem como dos administradores de referidas sociedades.

## **CAPÍTULO X – DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA**



X.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data de assinatura desta Escritura, que:

- a. é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
- b. os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- c. nos termos do Ofício nº 2245/2006-SFF/ANEEL, de 5 de dezembro de 2006, a ANEEL entende não haver necessidade de anuência prévia para o oferecimento de direitos emergentes, bens e instalações em garantia;
- d. a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas (i) não infringem nem resultam em vencimento antecipado ou na rescisão de qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora; (ii) não infringem qualquer disposição legal; (iii) não resultam na criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, (iv) não infringem qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; (v) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- e. esta Escritura constitui obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- f. o prospecto do Programa ("**Prospecto**") e o suplemento da Oferta ("**Suplemento**") contêm e conterão, no mínimo, todas as informações relevantes e atualizadas em relação à Emissora, nas respectivas datas de cada um, no contexto da presente Emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- g. o Prospecto, o Suplemento e as declarações e informações neles contidas com relação à Emissora, suas atividades, sua situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes são verdadeiros, consistentes, corretos e completos, e foram elaborados de acordo com as normas pertinentes;



- h. as opiniões, análises e previsões expressas no Prospecto e no Suplemento em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- i. não há fatos relativos à Emissora, nas respectivas datas do Prospecto e do Suplemento, ou relativos às Debêntures não divulgados no Prospecto e no Suplemento, cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração relevante do Prospecto e do Suplemento seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- j. observado o disposto no Prospecto e no Suplemento, a Emissora cumpre as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- k. a Emissora possui todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas; e
- l. não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão.

## **CAPÍTULO XI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**XI.1. Irrevogabilidade e Irretratabilidade.** A presente Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento de quaisquer dos requisitos relacionados no Capítulo II, exceto o II.1.6, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

**XI.2. Renúncia.** Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas desta Emissão, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora, prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedentes, no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

**XI.3. Despesas.** A Emissora arcará com todos os custos (i) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CVM, no SND e no BOVESPAFIX; (ii) das taxas de registro; (iii) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura e





os atos societários da Emissora; e (iv) pelas despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Mandatário e banco depositário, e agência de classificação de risco.

XI.4. Título Executivo. A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações neles encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

XI.5. Independência das Cláusulas. Caso uma ou mais cláusulas da presente Escritura sejam consideradas inválidas, ilegais, ineficazes ou inexequíveis, em qualquer aspecto, as demais cláusulas aqui previstas permanecerão válidas, legais, eficazes e exequíveis, até o cumprimento integral, pelas Partes, de suas obrigações, nos termos desta Escritura.

XI.6. Lei Aplicável. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

XI.7. Foro. Fica eleito o Foro de Rio de Janeiro para dirimir as questões oriundas da presente Escritura e da Emissão, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, certas e ajustadas, as Partes, obrigando-se por si e seus sucessores, celebram a presente Escritura em 3 (três) vias, de igual teor e forma, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo-assinadas.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2007.

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: PAULO ROBERTO DUARTE  
Diretor de Planejamento

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: SOI ANGE PINTO RIBEIRO  
Diretora de Regulação



